

# Pontos convergentes e divergentes de sistemas públicos de televisão em seis países e a proposta brasileira de rede

Alzimar RAMALHO<sup>1</sup>

## Introdução

Fortalecidos em seu sistema social, político e econômico, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os Estados Unidos viram na televisão o meio de propagandear a ideologia capitalista, e também de conquistar novos mercados para sua produção industrial. O Reino Unido e o Japão, ao contrário, entraram na segunda metade do Século 20 desorganizados econômica e socialmente. Em muitos países da Europa, a televisão – assim como o rádio - já era considerada um “serviço público”, e com o fim dos conflitos, foi reconhecida como um instrumento de resistência da cultura nacional, sendo inclusive proibida sua exploração comercial.

Somente nos anos 1960 surgiram os sistemas públicos nos Estados Unidos, Canadá e América Latina, embora cada qual por diferentes motivações. A sociedade norte-americana vivia um movimento de contestação conhecido como “Contracultura”, e todo o sistema de comunicação de massa passava por questionamentos, especialmente quanto à função educacional da radiodifusão, buscando um modelo alternativo ao comercial. No Canadá, a reivindicação por um sistema de radiodifusão independente de interesses públicos e privados partiu de entidades educacionais. Na maioria dos países da América Latina, incluindo o Brasil, o sistema público surgiu por iniciativa dos governos que, embora democráticos em sua essência, eram regimes autoritários ou até ditatoriais.

De acordo com Rey (2002, p. 91) “[esses canais] não podem ser considerados serviços de rádio e televisão públicos no seu significado mais genuíno, pois são governamentais, e desde o seu nascimento foram orientados, fundamentalmente, à divulgação das obras dos governos”. A politização das concessões garantiam (e ainda garantem) um direcionamento oficial de seu conteúdo, e um modelo centralizador de gestão. Para Rincón (2002c, p. 330), “[...] essas televisões carecem de um pensamento e um projeto que correspondam a um conceito contemporâneo de democracia, cidadania, sociedade civil, televisão, consumo cultural, que lhes permita reinventar o caráter público a partir da televisão”.

No Brasil, vem se fortalecimento o conceito de televisão pública especialmente após a Constituição de 1988, cujo texto reconhece o sistema de radiodifusão em público, privado e estatal. Atualmente, o sistema público busca a formação de uma rede nacional que viabilize o intercâmbio de conteúdo de programas produzidos pelos segmentos de TVs educativas, universitárias, comunitárias e legislativas, além das TVs estatais, que constituem o “campo público televisão”.

## 1. Características dos sistemas de TV pública do Reino Unido, do Japão, dos Estados Unidos, do Canadá, da Colômbia, da Venezuela e do Brasil

No Reino Unido, o rádio já se configurava como monopólio público desde 1927, quando o Estado assumiu a direção e as transmissões da BBC (*British Broadcasting Corporation*)<sup>2</sup>. Em 1936,

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação  
Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo

<sup>2</sup> A Rádio BBC foi criada em 1922 por um consórcio de fabricantes de aparelhos eletrônicos

iniciou os serviços televisivos, sendo considerados “serviço público” – *serviço*, no sentido da existência de uma necessidade básica da população que precisa ser atendida; e *público*, por considerar este uma obrigação do Estado, sendo por ele mantido total ou parcialmente. Como destaca Leal Filho, especialmente no período da Guerra Fria (1945-1991), seu objetivo era contrapor a soberania do produto cultural midiático que surgia a reboque da dependência política, econômica e tecnológica dos Estados Unidos:

[...] na prática, o rádio e depois a televisão vinham somar-se aos empreendimentos culturais responsáveis por gerar e disseminar a riqueza linguística, espiritual, estética e ética dos povos e nações. Eles se colocavam [como] as universidades, as bibliotecas e os museus, e a população os reconhecia dessa forma, distantes da esfera dos negócios ou da política de partidos e grupos. (LEAL FILHO, 1997, p. 18).

Considerando a realidade política, econômica e cultural na Europa do pós-guerra, Rincón (2002), citando Castells<sup>3</sup>, destaca o papel da televisão nessa nova configuração social:

A televisão converteu-se no eixo de fundamento da mídia. O rádio “perdeu seu caráter central, porém ganhou penetração e flexibilidade, adaptando modos e temas ao ritmo de vida das pessoas. Os filmes de transformaram, para se acoplar aos públicos de televisão [...]; os jornais e revistas se especializaram, ao aprofundar o seu conteúdo ou selecionar seu público”. (CASTELLS apud RINCÓN, 2002, p. 19).

No Japão, a NHK (*Nippon Hōsō Kyōkai*, oficialmente em inglês *Japan Broadcasting Corporation*) surgiu em 1925 com três emissoras de rádio subordinadas ao forte controle do governo, inclusive quanto ao seu direcionamento editorial. Na década de 1940, com o crescimento no número de emissoras, de acordo com Silva (2009a, p. 196), a estrutura foi “nacionalizada” pelo governo imperial japonês, sendo utilizada como instrumento de esforço de guerra. Derrotado e ocupado militarmente pelos Estados Unidos, o Japão passou a adotar reformas de cunho liberal-democrático, quando, conforme Dantas,

[...] o sistema de radiodifusão passou para o controle de uma agência reguladora independente e a NHK teve que aceitar a entrada de quatro concorrentes comerciais em seu até então exclusivo mercado. Tão logo se encerrou a ocupação estrangeira, a agência reguladora desapareceria, incorporada ao Ministério dos Correios e Telecomunicações (MCT), mas o sistema de radiodifusão dual – estatal e comercial – implantado nesse período, perduraria para sempre. (DANTAS, 2007, p. 3)

Nos Estados Unidos, até o início da década de 1960, as emissoras de rádio e TV tinham caráter local - possibilitado pelo suporte de transmissão via cabo -, orçamentos inexpressivos e pequena experiência de transmissão em rede. Naquele período, associações de radiodifusores e algumas fundações ligadas à educação atentavam para a necessidade de construção de um modelo alternativo ao comercial. Em novembro de 1967, foi criada a CPB (*Corporation for Public*

---

<sup>3</sup> A obra de Manuel Castells é “La era de la información. La sociedad red”. v. 1. Madri: Siglo XXI, 1999 p. 359-360

*Broadcasting*), entidade independente e sem fins lucrativos, para gerenciar o fundo governamental e fomentar a radiodifusão pública com ênfase nos temas ligados à educação.

Dois anos depois, as próprias estações locais uniram-se em duas Organizações Não-Governamentais, que fizeram a integração do sistema para a distribuição de conteúdo: em 1969, a PBS (*Public Broadcasting Service*) reuniu as estações de TV e em 1970 as emissoras de rádio ficaram passaram a compor a NPR (*National Public Radio*). Embora não sejam “produtoras de conteúdo”, tornam-se “rede nacional” porque organizam e distribuem os programas, com sua logomarca atestando a procedência. Como explica Silva (2009b, p. 143), “cada região ou cidade possui um canal para a sua TV local e insere, por exemplo, a marca PBS<sup>4</sup>, identificando-se como afiliada, mesclando programação local e aquela disponibilizada pela PBS”. Ou seja, as grades são compostas de conteúdo próprio e dos programas recebidos via rede, ou ainda adquiridos de produtores independentes. Como resultado tem-se maior diversidade de temas e formatos, de acordo com a grade de cada estação.

O sistema público norte-americano é sustentado pelo fundo gerenciado pela CPB e por doações de fundações civis e empresas privadas, pela venda de assinaturas e com a comercialização do conteúdo. Das TVs não-comerciais ou educacionais, 133 são vinculadas ao Governo, 85 estão ligadas às universidades e 138 são independentes ou sem fins lucrativos; destas últimas, 39 operam apenas TV, e as demais, os dois veículos simultaneamente. Nessa teia encontram-se, ainda, as produtoras e distribuidoras de conteúdo para as estações locais, que também atuam como organizações suplementares para a rede.

O Canadá se diferencia dos demais pelo fato de ser um país bilingue, e os nove canais apresentam seus conteúdos em francês e inglês, sendo um reservado para as minorias indígenas, operando em língua nativa. O sistema foi criado pela mobilização de entidades educacionais que, desde 1932 reivindicavam uma radiodifusão independente do modelo que se constituía. Segundo Silva (2009c, p. 86), remetendo-se a Ferguson (2007)<sup>5</sup>, na época dois grupos particulares detinham o poder do rádio: o primeiro formado pelas empresas que seguiam o modelo comercial americano, e o outro ligado a “entidades religiosas ou outros grupos hostis e conservadores da época [...] que poderiam significar uma ameaça ao princípio da diversidade democrática.” O problema é a dependência financeira, pois quase 65% do orçamento são provenientes de fontes públicas e governamentais, que sofrem frequentes oscilações, e o restante de venda de produtos culturais e de espaço publicitário. Diferentemente do Reino Unido, Japão e Estados Unidos, no Canadá não há qualquer pagamento por parte da população, e sua participação nas instâncias decisórias também é limitada. O conselho curador é indicado pelo governador-geral, mas a lei canadense não especifica os critérios nem detalha o perfil ou a representatividade social de seus integrantes.

Na América Latina, o sistema público de televisão surgiu na década de 1960, quando a maioria dos países, embora democráticos em sua essência, vivia sob regimes autoritários ou até ditatoriais. As TVs públicas dependiam totalmente do orçamento do Estado, de quem recebiam orientação direta e eram obrigadas a obedecer incondicionalmente suas diretrizes. De acordo com Rey (2002, p. 89) sua orientação ideológica atendia aos interesses do governo, “para deixá-las ao seu serviço ou para convertê-las estrategicamente em órgãos funcionais para os seus planos e programas [...]”. Um dos objetivos estratégicos foi a massificação da educação, acreditando poder suprir uma grande demanda excluída do sistema oficial de educação. Somente no Brasil, quase metade da população era analfabeta e, segundo Silva (2009c, p. 270), o país “[...] experimentava uma industrialização acelerada, para a qual havia uma carência de mão-de-obra qualificada e um cenário de crescimento do contingente populacional”.

---

<sup>4</sup> Em 2007 tinha a sétima maior audiência no País, com 120 milhões de telespectadores (SILVA, 2009b, p. 154).

<sup>5</sup> FERGUSON, Sue. “Locking out the mother corp: nationalism and popular imaginings of public service broadcasting in the print news media”. *Canadian Journal of Communication*, 32 (2), 2007, PP. 181-200

A programação, baseada na transposição de conteúdo da educação formal, não conquistou o interesse da audiência, que já tinha como referência estética o modelo de uma TV comercial de muito sucesso, com suas linhas de shows, telenovelas, programas de entretenimento e jornalísticos. Para Rey, esse modelo prejudicou as relações da TV educativa e a sociedade, pois

[...] não se concebeu uma televisão educativa que recolhesse as transformações nos conhecimentos, nas sensibilidades ou nas estéticas que as sociedades experimentavam, mas pelo contrário, aumentou ainda mais a lacuna entre conhecimento e entretenimento, entre aprendizagem na sala de aula e aprendizagem na vida (REY, 2002, p. 92).

Na Colômbia, diferente dos demais países da América Latina, a televisão surgiu em 1954 tutelada pelo Estado, e somente quarenta anos depois, em 1996, foi introduzido o modelo comercial. Até então, de acordo com Silva (2009d, p. 98), “existiam somente ‘programadoras’ privadas, que ‘alugavam’ espaços na emissora estatal para transmitir programas (que eram comercializados com publicidade e patrocínio)”. Em 1985, o país implantou as primeiras TVs regionais, e com a Constituição de 1991, o sistema passou a se constituir em três categorias: comercial, comunitário e de interesse público. O sistema público é formado por canais locais/regionais, canais universitários e canais nacionais e, de acordo com Silva (2009d, p. 103-104), o Estado é responsável por grande parte dos investimentos, embora tenham, em seus mecanismos de gestão, representatividade de organizações da sociedade civil e outras instituições de caráter público. Algumas TVs gozam de alguma liberdade de gerenciamento, como contratação de pessoal e possibilidade de estabelecimento de parcerias; outras são diretamente subordinadas ao governo.

A Venezuela tem como característica a forte presença estatal nos sistemas público e privado, ampliada com as recentes e profundas reestruturações na política de comunicações iniciadas em 1998, no primeiro mandato do presidente Hugo Chávez, quando foi estabelecida, segundo Silva (2009d, p. 255) “uma polarizada conjuntura política”, de um lado Chávez e de outro seus opositores políticos e setores mais conservadores. O primeiro confronto ocorreu em 2002, quando adversários utilizaram a RCTV (*Radio Caracas Televisión*, então a maior empresa de TV do país) para anunciar a falsa deposição do presidente pelo golpe de estado que se instaurava no país por 48 horas. Em 2006, a RCTV novamente enfrentou o Governo Chávez com frequentes descumprimentos da lei de radiodifusão e de alguns princípios constitucionais, e como resultado, não teve renovada sua licença; sem a concessão para operar em sinal aberto, a emissora migrou para o cabo<sup>6</sup>.

Em seu lugar, em 2007, o governo implantou a TVes (*Televisión Venezolana Social*)<sup>7</sup>, que sem estrutura para iniciar suas operações, utilizou todo o parque tecnológico da CNTV, por meio de decisão judicial que garantiu a posse provisória dos equipamentos. Apesar de ter sido implantada pelo Governo, a TVes é considerada pública por ser gerenciada pela Fundação Tevês que, embora reserve espaço para a participação popular, o controle estatutário, assim como as nomeações, estão nas mãos do Ministério do Poder Popular para Comunicação e Informação.

---

<sup>6</sup> Em janeiro de 2010, juntamente com outras cinco emissoras, as transmissões da RCTV, novamente foram suspensas, desta vez por terem se negado a transmitir um discurso do Presidente Hugo Chávez.

<sup>7</sup> A rede nacional que opera em canal aberto atingindo praticamente a totalidade do território, com algumas estações retransmissoras regionais.

No Brasil, o conceito de TV pública surgiu com a Constituição de 1988 (artigos 220 a 223), que determina a coexistência de três sistemas complementares de televisão: público, privado e estatal, assim definidos pelo Interverzes (2009a, p. 6):

O **primeiro** deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público geridas de maneira participativa a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/ã às suas estruturas dirigentes e submetida a controle social. O **segundo** deve abranger todos os meios de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade comercial ou não comercial. O **terceiro** deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação (grifos nossos).

Essas delimitações ficaram mais claras a partir de 1995 com a Lei do Cabo (nº 8977/95), quando as operadoras passaram a disponibilizar, no âmbito de seus municípios, canais básicos de utilização gratuita para as TVs universitárias, legislativas, comunitárias e do Poder Judiciário, além das emissoras educativo-culturais que já pertenciam ao sistema de radiodifusão, em canal aberto. Surgiram, então, muitas iniciativas locais; e segundo Ramalho (2010) somente no segmento universitário, nos últimos 15 anos o número passou de aproximadamente 20 para mais de 150 TVs, num aumento de 755%.

Outro momento importante para o campo público foi o Decreto 5820/06<sup>8</sup> que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, prevendo, nos artigos 12 e 13, que os canais 60 a 69 sejam destinados ao campo público. Conforme declaração do Ministro das Comunicações, Hélio Costa, concedida na época no site da Agência Brasil e replicada por Vinicius Longo<sup>9</sup>,

[...] nós vamos utilizar esses canais para iniciar um procedimento de redes públicas de televisão [...] A Radiobrás passa a ter um **canal nacional**<sup>10</sup>. O Ministério da Educação terá um **Canal da Educação**. O Ministério da Cultura vai ter um **Canal da Cultura**. E cada cidade vai ter um **Canal da Cidadania**. (MATTEDI apud LONGO, 2006, p. 1 grifos nossos).

Em 2007, o Governo Federal criou a EBC (Empresa Brasil de Comunicação)<sup>11</sup>, tendo como principal veículo a "TV Brasil" (formada com a fusão da Radiobrás e das TVs educativas do Rio de Janeiro e do Maranhão). O "Canal da Educação" reuniria a TV Escola (mantida pelo MEC), as emissoras universitárias e as educativo-culturais; o "Canal da Cultura", ligado ao MinC, abrigaria as produções independentes; e o "Canal da Cidadania" agruparia as emissoras comunitárias e as legislativas (TV Senado, a TV Câmara e a TV Justiça). Entretanto, até maio de 2010, a criação desses canais no sistema de TV digital aberta ainda é uma promessa, e enquanto não se concretiza, a maioria tem como principal suporte de veiculação o serviço por assinatura (cabo ou

---

<sup>8</sup> O decreto está disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm).

<sup>9</sup> "Portaria do Ministério das Comunicações criará dez canais públicos de TV digital". <http://www.forumpcs.com.br/noticia.php?b=185548>. Publicado em 11/10/2006. Acesso em 15 de ago de 2008

<sup>10</sup> "Canal do Executivo", operado pela TV Brasil, uma fusão da Radiobrás e a TVE/Fundação Roquette Pinto, desde 02 de dezembro de 2007 em todo o País

<sup>11</sup> Lei nº 11.652/2008. Fazem parte da EBC a TV Brasil, o NBR (canal que divulga as ações do Governo Federal) e a TV Brasil Integración (veicula nos países da América Latina, chegando até os Estados Unidos).

satélite), com um alcance geograficamente restrito e economicamente seletivo entre as classes A e B.

Diante desse panorama nos diversos sistemas públicos, passamos agora a estabelecer algumas conexões, em busca de pontos convergentes e divergentes entre deles.

## 2. Conexões entre os sistemas

Por ser e a primeira emissora pública do mundo e a maior empresa de mídia da Europa, a BBC<sup>12</sup> serve de referência somente para os demais sistemas pelo modelo de gestão participativa, com conselhos representativos da sociedade, que está presente em todas as demais experiências aqui apresentadas, embora adequados a cada realidade. Segundo Valente (2009a, p. 235), de acordo com levantamento feito em 2006 e 2007, “os veículos da companhia foram acessados mensalmente por 92,5% da população do Reino Unido”. Sua audiência mundial é de 274 milhões de casas, em 200 países<sup>13</sup>, e a qualidade de programação é referenciada tanto pela academia quanto por quem tem acesso a ela. Foi, inclusive, considerada por Leal Filho (1997a) “a melhor TV do mundo”.

É importante destacar, quanto aos sistemas do Reino Unido e do Japão, a realização frequente de pesquisas qualificadas de audiência, não para quantificar os telespectadores de determinado programa mas para identificar os perfis e desejos das mais variadas representações sociais com o intuito de oferecer uma programação que supra suas necessidades de conhecimento.

Outra característica similar entre os dois países é a proibição de propaganda comercial. No Japão, o imposto pago diretamente para a NHK é a única fonte de recursos; e no Reino Unido, segundo Valente (2009a, p. 244), a taxação é responsável por quase 77% do orçamento, cerca de 8% veem de proventos governamentais e 16% de fontes privadas. Talvez por serem reinados democráticos, no Reino Unido e no Japão a TV pública é um projeto de Estado, e não de Governo, ou seja, a sociedade não apenas participa da gestão, por meio da representatividade nos conselhos, como também reconhece seu valor cultural e ainda o sustenta.

No Brasil, esse modelo de financiamento nem é cogitado, pois considerando o histórico atrelamento dos canais públicos a grupos políticos (assim como em outros países latino-americanos), aliado à forte carga de impostos já existentes, esse mecanismo dificilmente se sustentaria enquanto projeto político.

Especificamente entre os modelos japonês e brasileiro, uma grande diferença se apresenta no reconhecimento oficial do sistema público, em detrimento do sistema comercial. Segundo Silva (2009a, p. 195), no Japão a NHK “supera em termos de estrutura e importância as empresas privadas que atuam no setor”, e a legislação estabelece regras e códigos específicos que dificultam a formação de grandes redes privadas. No Brasil, até hoje, pelo menos três experiências de formação de uma rede pública de televisão não prosperaram; já as cinco grandes redes privadas estão presentes em 98% das residências.

Nos EUA, o desenho de rede pública se diferencia dos demais na proposta de horizontalidade, contrapondo o modelo vertical de “cabeças de rede” que reservam “janelas” em sua grade nacional para a inserção de produções locais ou regionais. No sistema norte-americano, as estações locais são ligadas a uma organização nacional não-governamental – a PBS (*Public*

---

<sup>12</sup> Segundo Valente (2009, p. 237), o serviço envolve oito canais nacionais, programação regional, dez estações nacionais e quarenta emissoras locais de rádio e um portal ([www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk)), além da BBC World Service, que produz conteúdo de rádio, TV e internet em 33 idiomas

<sup>13</sup> Mais informações podem ser obtidas em <http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/06/bbc-everybodys-talking-about-it.html>. Acesso em 01 mai. 2010.

*Broadcasting Service*), responsável pela integração e distribuição da programação em rede. Esse mecanismo tem algumas semelhanças com o projeto de desenvolvimento de uma rede pública no Brasil.

### 3. O Brasil em busca de uma rede nacional de televisão pública

O campo público brasileiro ainda está em construção, e um ponto positivo nesse processo é a união dos segmentos em torno de propostas comuns que viabilizem o seu fortalecimento e o reconhecimento ao estímulo por uma produção plural, regionalizada e autônoma com relação aos governos. São exemplos o I e o II Fórum Nacional de TVs Públicas, realizados em Brasília (DF) nos anos de 2006 e 2008, que promoveu discussões sobre modelos de gestão participativa, sustentabilidade, intercâmbio de programação e migração digital.

Está em fase de desenvolvimento um projeto de rede pública, iniciada pelo segmento universitário por meio da RITU (Rede de Intercâmbio de TVs Universitárias), vem sendo desenvolvida desde 2007 por pesquisadores do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da Universidade Federal da Paraíba<sup>14</sup> por meio de um acordo entre a ABTU<sup>15</sup> (Associação Brasileira de TVs Universitárias) e a RNP<sup>16</sup> (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa). As informações sobre essa pesquisa ainda não estão disponíveis de forma sistematizada para consulta, estando registradas – além dos relatórios produzidos pelos participantes – somente em artigos e matérias jornalísticas publicadas em sites e blogs, além de relatos de experiência em eventos da área. Para descrever a evolução do processo, desde os primeiros estudos até o modelo que se apresenta em abril de 2010, utilizamos na tese de doutorado (RAMALHO, 2010)<sup>17</sup> as informações obtidas em entrevista pessoal com o atual coordenador da RITU, Adriano Adoryan (2010)<sup>18</sup> (ABTU/USP), e Guido Lemos de Souza Filho (2009)<sup>19</sup>, coordenador do Lavid (Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital).

Em sua “versão 1.0”, está possibilitando o compartilhamento de conteúdo entre 13 TVs universitárias<sup>20</sup> e, embora ela própria não produza conteúdo, o objetivo é servir de “rede nacional” enquanto marca, assim como a PBS, já que cada instituição é autônoma na construção da grade e, consequentemente, na oferta de conteúdo. Em 2008, com a participação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pelo Poder Executivo para integrar o sistema público de televisão, o desenvolvimento da ferramenta está passando por uma segunda geração, já com o conceito de

---

<sup>14</sup> O Lavid é um grupo de pesquisa em redes mantido pela RNP, que reúne vários laboratórios com trabalhos voltados para a área da TV Digital.

<sup>15</sup> A ABTU tem sede em São Paulo e representa cerca de 50 TVs universitárias em todo o Brasil.

<sup>16</sup> A RNP é uma organização da sociedade civil gerida com recursos dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, que provê toda a rede de alta velocidade que conecta as universidades públicas do Brasil, os principais centros de pesquisa e órgãos governamentais. Tem sedes em Brasília, Rio de Janeiro e Campinas (SP).

<sup>17</sup> “O perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa” será defendida até julho de 2010, quando a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo disponibilizará em seu banco de teses acadêmicas.

<sup>18</sup> Informação fornecida por Adoryan em entrevista pessoal em São Paulo, 2010 e em palestra no XI Fórum Brasileiro de TVs Universitárias, realizado em Brasília, nov. 2009.

<sup>19</sup> Informação fornecida por Souza Filho em palestra no XI Fórum Brasileiro de TVs Universitárias realizado em Brasília, nov. 2009.

<sup>20</sup> Em maio de 2010, participam da pesquisa as seguintes instituições: Universidade Federal da Paraíba (Pb), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP); Universidade de Campinas (SP), Universidade de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP); Canal Universitário de Niterói (RJ), Universidade Federal de Santa Catarina (SC), Universidade Federal Fluminense (RJ), Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH), Universidade Federal de Minas Gerais (MG), a Universidade Metodista de Piracicaba (SP) e a DoctumTV (MG).

inter-redes, que possibilitará o intercâmbio de programação entre as TVs universitárias (RITU) e o Intercâmbio de TVs Públicas (ITvP)<sup>21</sup>.

De acordo com o site da EBC, as 10 horas diárias de grade nacional serão assim constituídas:

A Rede proposta pela EBC prevê co-produções entre a TV Brasil e as TVs regionais, apoio financeiro da EBC e faixas pré-definidas de transmissão em rede. Se esta proposta, hoje em curso, chegar ao pleno êxito, a rede pública terá, em sua arquitetura final, cerca de 174 canais municipais/regionais, 70 emissoras comunitárias, 40 universitárias e 64 legislativas. O plano inicial prevê dez horas de transmissão simultânea, sendo quatro da TV Brasil, quatro do conjunto da rede e duas horas de programação infantil comum a todos. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2010, p. 1).

Ao contrário de outras tentativas de formação de uma rede nacional de televisão pública, essa proposta tem a pretensão de servir como uma rede de produção nacional, e não apenas de veiculação nacional. Mas para que esse intercâmbio seja possível, deverão ser definidas não somente o desenvolvimento da tecnologia, como também as políticas de tráfego entre as redes por meio de acordos específicos, prevendo quais requisitos poderão ser compartilhados para que, finalmente, uma rede nacional cumpra o papel de fomentadora do campo público.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA - ABTU. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em: 05 nov. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TV POR ASSINATURA - ABTA. Disponível em: <<http://www.midiafatos.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8977.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo o outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder

---

<sup>21</sup> Nessa fase piloto, tem a participação de emissoras públicas do Maranhão (ACERP-MA), Rio de Janeiro (ACERP-RJ), Brasília (EBC-DF), São Paulo (EBC-SP), Pará (FUNTELPA) e Bahia (IRDEB), mas pretende integrar as TVs legislativas, comunitárias e as educativo-culturais que, juntas, alcançariam 70% da população brasileira.

Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DANTAS, Marcos. Nas pegadas da TV digital: como e por que o capital reinventou a televisão. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 46-79, set. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/226/133>>. Acesso em 12 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Radiodifusão pública ou estatal? 12 março 2008. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1473>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC. **Carta de Brasília**: Manifesto pela TV Pública independente e democrática. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tv-publica/tv-publica/cartadebrasilia.pdf/view>>. Acesso em: 10 set. 2007.

\_\_\_\_\_. **Conselho Curador da EBC: sai resultado da Consulta Pública para novos membros**. EBC / TV Brasil - 16/04/10. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/imprensa/ebc-noticias/abril-2010/conselho-curador-da-ebc-sai-resultado-da-consulta-publica-para-novos-membros/>>. Acesso em 20 abr. 2010a.

\_\_\_\_\_. **Em busca da Rede Pública de Televisão**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tv-publica/rede>>. Acesso em: 14 fev. 2010b.

\_\_\_\_\_. **Evento termina com a entrega da II Carta de Brasília a ministros, senador e ao presidente da Câmara, Michel Temer**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tv-publica/tv-publica-em-debate/evento-termina-com-a-entrega-da-ii-carta-de-brasilia-a-ministros-senador-e-ao-presidente-da-camara-michel-temer/>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

FONSECA, João Carlos. **SINDITELEBRASIL reage, com Mandado de Segurança Coletivo, contra ato que coage as prestadoras a pagar nova contribuição**. 3 junho 2009. Disponível em: <[http://www.telebrasil.org.br/artigos/outros\\_artigos.asp?m=876](http://www.telebrasil.org.br/artigos/outros_artigos.asp?m=876)>. Acesso em: 14 fev. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE TV UNIVERSITÁRIA, XI., nov. 2009, Brasília.

FÓRUM NACIONAL DE TV PÚBLICA, I., maio 2007, Brasília.

FÓRUM NACIONAL DE TV PÚBLICA, II., out. 2009, Brasília.

FÓRUM NACIONAL DE TV'S PÚBLICAS, I.,: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília, 2006, Brasília. **Caderno de Debates...** Brasília: Ministério da Cultura. 2006. 112p.

FRADKIN, Alexandre. **A TV é ou não é?** Uma tentativa disciplinada de explicar a caótica legislação da Radiodifusão Educativa, principalmente na área da televisão. 8 maio 2007. Disponível em:

<<http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com/2007/05/tve-ou-no-uma-tentativa-disciplinada-de.html>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

FUENZALIDA FERNANDES, Valério. Por uma televisão pública para a América Latina. In: RINCON, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. p. 115-200.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Mediações e Televisão Pública: a desconstrução múltipla da televidência na era da vassalagem mediática. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. p. 233-266.

INTERVOZES. **Propostas do Intervozes para a I Conferência Nacional de Comunicação: Contribuições a um programa para a efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/publicacoes/documentos/propostas-do-intervozes-para-a-conferencia-nacional-de-comunicacao/Intervozes02-Propostascompleto.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009. (Coleção Comunicação).

LAVID. Laboratórios Associados de Vídeo Digital. Resultados obtidos no Projeto I2TV. Disponível em: <[http://www.lavid.ufpb.br/resultados\\_i2tv.htm](http://www.lavid.ufpb.br/resultados_i2tv.htm)>. Acesso em: 04 abril 2010.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.

LONGO, Vinicius. **Ministério criará dez canais públicos de TV Digital**. Disponível em: <<http://www.forumpcs.com.br/noticia.php?b=185548>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

MOYSES, Diogo; VALENTE, Jonas; SILVA, Sivaldo Pereira. Sistemas públicos de comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso brasileiro. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009. p. 291-320. (Coleção Comunicação).

PRAZERES, Michelle. **Eleições revelam influência do governador**. 02 maio 2007. Disponível em: <<http://www.direitoacomunicacao.org.br>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

PRIOLLI, Gabriel. A Tela Pequena no Brasil Grande. In: LIMA, Fernando Barbosa; PRIOLLI, Gabriel; MACHADO, Arlindo. **Televisão & Vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 19-52.

RAMALHO, Alzimar R. **O perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa**. 2010. 173 f.: II. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A TV universitária como ponte entre a produção científica e as massas: a TV FEMA em Assis (SP)**. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação: Mídia e Cultura) - Universidade de Marília, Marília, 2005.

\_\_\_\_\_. Entre Universidade e Sociedade, há espaço para a Televisão. **Revista RuMoRes**, São Paulo, ed. 5, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www3.usp.br/rumores/autor.asp>>. Acesso em: 05 set. 2009.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP. Lançamento da RITU garante sucesso da rede nacional de TVs Universitárias. **ABTU**, 07 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.rnp.br/noticias/imprensa/2008/not-imp-080607.html>>. Acesso em: 05 abr. 2010.

REY BELTRÁN, Germán. O cenário móvel da televisão pública: Alguns elementos do contexto. In: RICON, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. p. 81-118.

RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Sistema Público de Comunicação da Colômbia. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009. p. 97-115. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema Público de Comunicação do Japão. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009a. p. 195-212. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema Público de Comunicação dos Estados Unidos. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009b. p. 137-156. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema Público de Comunicação do Canadá. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009c. p. 85-96. (Coleção Comunicação).

Sistema Público de Comunicação da Venezuela. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009d. p. 255-268. (Coleção Comunicação).

SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). **Recepção Mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção pastoral da comunicação: teoria e prática. Série comunicação e cultura).

VALENTE, Jonas. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009. p. 25-46. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema público de comunicação do Reino Unido. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009a. p. 235-254. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema Público de Comunicação no Brasil. In: INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009b. p. 269-319. (Coleção Comunicação).